

Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE)**Iniciativa:****Ementa:**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Explicação da Ementa:

Torna obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Assunto: Política Social - Proteção Social**Data de Leitura:** 16/02/2016**Tramitação encerrada****Decisão:** Aprovada por Comissão em decisão**Último local:** -**Destino:** À Câmara dos Deputados**Último estado:** 18/06/2019 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Matérias Relacionadas:**

Requerimento nº 134 de 2016

Despacho:**16/02/2016 (Despacho inicial)**

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

14/04/2016 (Aprovação do Requerimento nº 134, de 2016, de**Aprovação de requerimento****Análise - Tramitação sucessiva**

(SF-CMA) Comissão de Meio Ambiente

(SF-CE) Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria:**CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)****Relator(es):**

Senador Flávio Arns (encerrado em 08/05/2019 - Deliberação da matéria)

CE - (Comissão de Educação, Cultura e Esporte)**Relator(es):**

Senadora Ângela Portela (encerrado em 19/09/2017 - Deliberação da matéria)

CMA - (Comissão de Meio Ambiente)**Relator(es):**

Senadora Lídice da Mata (encerrado em 22/03/2017 - Alteração na composição da comissão)

CTFC - (Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e**Relator(es):**

Despacho:**17/04/2017 (Promulgação da Resolução nº 3/2017)**

null

Análise

(SF-CTFC) Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

(SF-CE) Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria:**Relator(es):**

Senadora Fátima Bezerra (encerrado em 12/07/2017 - Substituído por "ad hoc")

Senadora Regina Sousa (Relator Ad hoc) (encerrado em 12/07/2017 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

18/06/2019 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Situação:** REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS**Ação:** Remetido Ofício SF nº 425, de 18/06/2019, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 60 a 61).

À COARQ.

17/05/2019 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente**Ação:** Anexado o texto revisado (fl.59).**17/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** APROVADA**Ação:** Encerrou-se em 16 de maio o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário da presente matéria. Não houve interposição de recurso. Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão competente, a matéria vai à Câmara dos Deputados.*Publicado no DSF Páginas 67 - DSF nº 70***17/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.**16/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Juntado texto final revisado (fl. 57).**14/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Encaminhado à CORELE.**08/05/2019** PLEN - Plenário do Senado Federal**Situação:** AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**Ação:** Recebimento do Ofício nº 16, de 2019, da CDH, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo. Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.*Publicado no DSF Páginas 110-111 - DSF nº 63*

TRAMITAÇÃO

08/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 10/05/2019 a 16/05/2019. Perante a Mesa.

08/05/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação de conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.

08/05/2019 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Juntei, às fls. 45 a 54, o parecer, a lista do registro de presença dos senadores, a lista de votação nominal, o texto final e a decisão da Comissão.
À SLSF.

08/05/2019 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Flávio Arns por deliberação da matéria.

25/04/2019 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Ação: Na 26ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3-CTFC/CE/CDH.

Publicado no DSF Páginas 100-109 - DSF nº 61

23/04/2019 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Matéria constante da Pauta da 26ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 25/04/2019.

05/04/2019 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 20ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 11/04/2019.

03/04/2019 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Flávio Arns com voto pela aprovação do Projeto, com as Emendas aprovadas pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

19/02/2019 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

TRAMITAÇÃO

Ação: Distribuído ao Senador Flávio Arns, para emitir relatório.

26/12/2018 SF-SACDH - Secretaria de Apoio à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CDH.
Matéria aguardando distribuição.

20/12/2018 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: A matéria retorna à CDH.

20/12/2018 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

20/12/2018 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: O Requerimento do Senador Fernando Bezerra de tramitação conjunta deixa de ser lido, em virtude do fim da Legislatura. A matéria retoma sua tramitação e vai à CDH, em decisão terminativa.

16/04/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando leitura do requerimento do Senador Fernando Bezerra de tramitação conjunta da matéria com o PLS 104, de 2011. A matéria ficará na SLSF aguardando o envio para essa secretaria do outro projeto objeto do requerimento.

16/10/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Encaminhado à SCLSF para atender Ofício SF nº 1.075/2017, da Presidência do Senado Federal, que solicita a remessa da matéria à Secretaria Geral da Mesa para leitura do Requerimento apresentado pelo Senador Fernando Bezerra, de tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado 104/2011. Juntei, às fls. 43 e 44, o OF.SF/1075/2017 e a cópia do Requerimento.

21/09/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta data, matéria aguardando distribuição.

19/09/2017 SF-SACE - Secretaria de Apoio à Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Ação: À SACDH.

19/09/2017 CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 31ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprova o relatório da Senadora Ângela Portela, que passa a constituir o Parecer da CE, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1- CTFC-CE a 3-CTFC-CE.

TRAMITAÇÃO

15/09/2017 CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 31ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, agendada para o dia 19/09/2017.

12/09/2017 CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 14h37 o Relatório da Senadora Ângela Portela, com voto favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC a 3-CTFC.

18/08/2017 CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído a Senadora Ângela Portela, para emitir Relatório.

14/07/2017 CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

14/07/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: À CE, para prosseguimento da tramitação.

14/07/2017 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Devolvido à CTFC para que esta comissão encaminhe o projeto à CE, conforme despacho do dia 17/04/2017.

13/07/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: Encaminha-se à CDH para prosseguimento da tramitação.

12/07/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida a CTFC na 10ª Reunião Extraordinária de 12.07.2017, encerrada a discussão e colocado em votação, foi aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CTFC pela aprovação do Projeto, com as emendas nºs 1,2 e 3 - CTFC. A matéria foi relatada pela Senadora Regina Sousa, nomeada Relatora "ad hoc" no curso da Reunião. Juntados o parecer da CTFC; a lista de presença; e a decisão da Comissão (fls.28 a 33).

07/07/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 10ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, agendada para o dia 12/07/2017.

TRAMITAÇÃO

05/07/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido relatoria da Senadora FÁTIMA BEZERRA, pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta (fls.28 a 31).

27/04/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da CTFC, Senador ATAÍDES OLIVEIRA, designa a Senadora Fátima Bezerra relatora da matéria. O processado físico permanece na Comissão.

20/04/2017 CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação: Recebido na Comissão. Aguarda distribuição.

17/04/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 3, de 2017, que redefiniu as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), a presente matéria tem novo despacho: à CTFC, CE e à CDH (DT).

Publicado no DSF Páginas 144-153

17/04/2017 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

06/04/2017 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: À SLSF, em virtude da promulgação da Resolução nº 3 de 2017.

22/03/2017 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A matéria será redistribuída em razão da Relatora, Senadora Lídice da Mata, não mais pertencer aos quadros desta Comissão.

15/12/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Processado físico devolvido pela relatora, Senadora LÍDICE DA MATA, com relatório pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.
Anexado o relatório apresentado às fls. 15 a 25.

22/11/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Processado físico encaminhado ao gabinete da relatora, Senadora Lídice da Mata, para reexame, em atendimento à solicitação.

TRAMITAÇÃO

22/11/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Matéria não apreciada devido ao cancelamento da 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

17/11/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 22/11/2016.

14/11/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Matéria não apreciada devido ao cancelamento da 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

04/11/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 08/11/2016.

01/11/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Matéria não apreciada devido ao cancelamento da 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

27/10/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 19ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para o dia 01/11/2016.

14/09/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Nesta data, o processado físico é devolvido pelo Relatora, Senadora LÍDICE DA MATA, com Relatório pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. Anexado o relatório apresentado às fls. 06 a 14.

09/06/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Processado físico encaminhado ao gabinete da relatora, Senadora LÍDICE DA MATA, em atendimento à solicitação.

02/06/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

TRAMITAÇÃO

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da CMA, Senador OTTO ALENCAR, designa a Senadora LÍDICE DA MATA relatora da matéria.

14/04/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebida na CMA nesta data, a matéria aguarda designação de relatoria.

14/04/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Aprovado o Requerimento nº 134, de 2016.

A matéria retorna à CMA, seguindo posteriormente à CE e à CDH, cabendo à última a decisão terminativa.

Publicado no DSF Páginas 254

Publicado no DSF Páginas 39

14/04/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário.

03/03/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 134, de 2016, do Senador Romário.

03/03/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Encaminhado à publicação o Requerimento nº 134, de 2016, de autoria do Senador Romário, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Publicado no DSF Páginas 129

03/03/2016 SF-SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando leitura de Requerimento de autoria do Senador Romário.

02/03/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Recebido o OF. SF/162/2016, que solicita o envio deste projeto à Secretaria-Geral da Mesa para tramitação do requerimento de autoria do Senador Romário - para que a matéria seja também encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para pronunciamento -, conforme art. 266 do Regimento Interno do Senado Federal (fls. 3 e 4).

À SGM, para as devidas providências.

25/02/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

TRAMITAÇÃO

Ação: Esgotado o prazo regimental sem a apresentação de emendas, a matéria aguarda designação de Relatoria.

18/02/2016 CMA - Comissão de Meio Ambiente

Ação: Aberto o prazo para apresentação de emendas ao projeto.
Primeiro dia: 18.02.2016
Último dia: 24.02.2016

16/02/2016 SF-SACMA - Secretaria de Apoio à Comissão de Meio Ambiente

Ação: Matéria recebida na CMA nesta data. Aguarda abertura de prazo para recebimento de emendas.

16/02/2016 SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

Ação: Este processo contém duas (2) folhas numeradas e rubricadas.

16/02/2016 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.
Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 121-122

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 21/2016

Data: 16/02/2016

Autor: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE)

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Avulso inicial da matéria

Data: 16/02/2016

Autor: -

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.
O projeto poderá receber emendas perante a primeira comissão, pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.

DOCUMENTOS

Relatório Legislativo

Data: 14/09/2016

Autor: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Nesta data, o processado físico é devolvido pelo Relatora, Senadora LÍDICE DA MATA, com Relatório pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.
Anexado o relatório apresentado às fls. 06 a 14.

Relatório Legislativo

Data: 15/12/2016

Autor: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Local: Comissão de Meio Ambiente

Ação Legislativa: Processado físico devolvido pela relatora, Senadora LÍDICE DA MATA, com relatório pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta.
Anexado o relatório apresentado às fls. 15 a 25.

Relatório Legislativo

Data: 05/07/2017

Autor: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)

Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação Legislativa: Recebido relatoria da Senadora FÁTIMA BEZERRA, pela aprovação do projeto com três emendas que apresenta (fls.28 a 31).

Listagem ou relatório

Data: 12/07/2017

Autor: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 10ª Reunião CTFC

P.S 13/2017 - CTFC

Data: 12/07/2017

Autor: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, Senadora Regina Sousa (PT/PI)

Local: Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Ação Legislativa: Reunida a CTFC na 10ª Reunião Extraordinária de 12.07.2017, encerrada a discussão e colocado em votação, foi aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CTFC pela aprovação do Projeto, com as emendas nºs 1,2 e 3 - CTFC. A matéria foi relatada pela Senadora Regina Sousa, nomeada Relatora "ad hoc" no curso da Reunião. Juntados o parecer da CTFC; a lista de presença; e a decisão da Comissão (fls.28 a 33).

Relatório Legislativo

Data: 12/09/2017

Autor: Senadora Ângela Portela (PDT/RR)

Local: Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Ação Legislativa: Recebido às 14h37 o Relatório da Senadora Ângela Portela, com voto favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CTFC a 3-CTFC.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos.

DOCUMENTOS

essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Listagem ou relatório

Data: 19/09/2017

Autor: Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Local: Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 31ª Reunião CE

P.S 46/2017 - CE

Data: 19/09/2017

Autor: Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Local: Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Ação Legislativa: Na 31ª Reunião, Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprova o relatório da Senadora Ângela Portela, que passa a constituir o Parecer da CE, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1- CTFC-CE a 3-CTFC-CE.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contracções e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos. essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Requerimento

Data: 04/10/2017

Autor: Senador Romero Jucá (MDB/RR)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Tramitação conjunta dos PLS 21/2016 e 104/2011. *** O requerimento deixa de ser lido em virtude do término da legislatura e será arquivado.

Relatório Legislativo

Data: 03/04/2019

Autor: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Flávio Arns com voto pela aprovação do Projeto, com as Emendas aprovadas pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contracções e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Listagem ou relatório

Data: 25/04/2019

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 26ª Reunião CDH

DOCUMENTOS

P.S 38/2019 - CDH

Data: 25/04/2019

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 26ª Reunião, extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1, 2 e 3-CTFC/CE/CDH.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Listagem ou relatório

Data: 26/04/2019

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 26ª Reunião CDH

Texto final da Comissão -

Data: 06/05/2019

Autor: Senador

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

Texto final revisado - Projeto

Data: 16/05/2019

Autor: Senador

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Juntado texto final revisado (fl. 57).

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.

OFSF 425/2019

Data: 18/06/2019

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 425, de 18/06/2019, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 60 a 61).

À COARQ.

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2016.

Autógrafo - PLS 21/2016

Data: 18/06/2019

DOCUMENTOS

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 425, de 18/06/2019, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 60 a 61).

À COARQ.

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a utilização do Código de Contrações e Abreviaturas Braille nos contratos de adesão e demais documentos essenciais para a relação de consumo entre pessoas com deficiência visual e instituições financeiras.